

Biblioteconomia

Publicação do Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia - CFB/CRB



16ª GESTÃO

Conclui as atividades e apresenta o resultado



>> IDENTIFICAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO
resoluções modernizam carteira e cédula

>> CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO
do bibliotecário

>> 50 ANOS
da regulamentação da profissão de Bibliotecário





Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

BOLETIM DO SISTEMA CFB/CRB
Nº 67 - ANO 8 - 16ª GESTÃO (2013-2015)

DIRETORIA

Presidente: Regina Céli de Sousa (CRB-8/2385)

Vice-Presidente: Adelaide Ramos e Côrte (CRB-1/423)

Diretor Técnico: Isaura Lima Maciel Soares (CRB-7/1489)

Diretor Administrativo: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239)

Diretor Financeiro: Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243)

COMISSÕES PERMANENTES

CDV – Comissão de Divulgação – Coordenadora: Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243). Membros: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239) e Williams Jorge Corrêa Pinheiro (CRB-2/802).

CLN – Comissão de Legislação e Normas – Coordenadora: Maria de Fátima Almeida Braga (CRB-13/014). Membros: Adelaide Ramos e Côrte (CRB-1/423) e Isaura Lima Maciel Soares (CRB-7/1489).

CEP – Comissão de Ética Profissional – Coordenador: Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039). Membros: Eliane Lourdes da Silva Moro (CRB-10/881) e Rosana Chaves Abatti (CRB-14/458).

CL – Comissão de Licitação – Coordenador: Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039). Membros: Ailton Moreira da Rocha (funcionário) e Tatiana Paula Martins (funcionária). **CTC – Comissão de Tomada de Contas** – Coordenadora: Maria Raimunda de Sousa Sampaio (CRB-2/865). Membros: Kátia Lúcia Pacheco (CRB-6/1709) e Rosana Chaves Abatti (CRB-14/458).

Comissão de Ensino – Coordenadora: Helen Beatriz Frota Rozados (CRB-10/368). Membros: Francisca Rosaline Leite Mota (CRB-4/1714) e Maria Raimunda de Sousa Sampaio (CRB-2/865).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão de Informática – Coordenadora: Maria Raimunda de Sousa Sampaio (CRB-2/865). Membro: Ailton Moreira da Rocha (funcionário).

Comissão Bibliotecas Escolares e Públicas – Coordenadora: Eliane Lourdes da Silva Moro (CRB-10/881). Membros: Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039) e Francisca Rosaline Leite Mota (CRB-4/1714).

Comissão de Fiscalização – Coordenador: Williams Jorge Corrêa Pinheiro (CRB-2/802). Membros: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239) e Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243).

Comissão Relatório de Gestão – Coordenadora: Kátia Lúcia Pacheco (CRB-6/1709). Membros: Lucimar Oliveira Silva (CRB-5/1239) e Sandra Maria Dantas Cabral (CRB-3/243).

Comissão de Informação e Acessibilidade em Bibliotecas (CIAB) – Francisca Rosaline Leite Mota (CRB-4/1714) Eliane Lourdes da Silva Moro (CRB-10/881) e Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039)

FUNCIONÁRIOS

Roberto Barros Cardoso – Gerente Administrativo,

Leonardo Pimentel Bueno – Assessor Jurídico,

Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo,

Tatiana Paula Martins – Auxiliar Administrativa e

Neracy Fernandes da Silva – Auxiliar de Serviços Gerais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB

SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079, CEP 70.719-900, Brasília-DF. Telefones: (61)3328-2896/(61)3328-2080 Fax (61)3328-2894. www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

Edição, redação e revisão: Ex-Libris Comunicação Integrada

Projeto gráfico, direção de arte e arte final: Fabiana Mainier

Fotos: Marcelo Camargo Oliveira

Muito a comemorar

A escritora e ativista francesa Simone Weil (1909-1943), que viveu intensamente as dores, lutas e esperanças de tempos sombrios em sua época, escreveu certa vez que os obstáculos com que nos deparamos – e que precisamos superar – são os que fornecem a oportunidade de vencermos a nós mesmos. Creio que esse pensamento expressa, melhor do que qualquer outro, o sentimento de toda uma equipe pela dedicação e o compromisso assumido, cumprido depois de, ao longo destes três anos, ter trabalhado arduamente para o fortalecimento da atividade bibliotecária e pelo maior reconhecimento de seus serviços pela sociedade.

Esta edição traz, de maneira geral e resumida, um relato das ações desenvolvidas pela 16ª Gestão, no intuito de realçar a importância do trabalho integrado desenvolvido pelo Conselho em conjunto com os seus Regionais no período – um período composto de desafios, muita dedicação e superação. Nossos esforços à frente do Conselho Federal buscaram fortalecer o exercício da profissão, ressaltando a importância social da biblioteconomia entre os próprios profissionais, de modo aumentar a autoestima para não esmorecer diante das dificuldades que estes tempos atuais de crise e incertezas trouxeram ao campo de trabalho do bibliotecário.


A 16ª Gestão investiu para que o Sistema CFB/CRB avançasse ainda mais na incorporação de valores e princípios do Código de Ética do Profissional Bibliotecário e da Lei de Regulação Profissional. Essas diretrizes estão balizadas pelo compromisso de fazer do Sistema CFB/CRB uma esfera pública pautada por princípios fundamentais de: transparência, gestão democrática, competência técnica, postura ética, compromisso político e responsabilidade social para com os bibliotecários brasileiros.

Com esses objetivos, o Sistema CFB/CRB tem aperfeiçoado os seus mecanismos de gestão pública, com o aumento da sua transparência, bem como, com a devida responsabilidade na administração dos

recursos que são um patrimônio de toda uma categoria profissional. É a correta e competente condução administrativa e financeira que viabiliza as ações políticas e técnicas do Sistema CFB/CRB, sempre a serviço da materialização do Projeto Ético e Político da valorização profissional.

Em fim, enquanto presidente, ao final de mandato, me retiro, consciente da contribuição dada e do esforço dedicado, não apenas por mim, mas por toda uma equipe de conselheiros bibliotecários apaixonados por sua área, assessores jurídico e contábil, Conselhos Regionais, parceiros, colaboradores e funcionários dedicados à causa da biblioteconomia brasileira. Fica, porém, a certeza de que a próxima gestão será de mudanças – pois, como dizia Heráclito, ninguém cruza o mesmo rio duas vezes, porque outras são as águas que nele correm. Assim, também a expectativa de continuidade aprimorada do trabalho até aqui realizado. Digo isso não porque guarde um inconfessável desejo de continuísmo, mas porque tenho plena confiança de que colheremos muitos frutos das sementes que plantamos ao longo destes anos. Nesta jornada, tivemos contradições e equívocos, como humanos que somos, mas elas foram superadas graças ao ambiente de diálogo que prevaleceu na entidade. Afinal, como dizia o filósofo italiano Norberto Bobbio, o princípio fundamental da democracia é a hostilidade ao segredo e o amor à transparência.

Boa leitura!


Regina Céli de Sousa
Presidente do CFB
CRB-8/2385



Marcelo Camargo Oliveira

Um período de desafios e conquistas

COMO FOI A ATUAÇÃO DA DIRETORIA E COMISSÕES NA 16ª GESTÃO



Diretoria - Adelaide Ramos e Córte, Sandra Maria Dantas Cabral, Regina Céli de Sousa, Isaura Lima Maciel Soares e Lucimar Oliveira Silva (da esquerda à direita)

Fotos: Márcio Camargo Oliveira

Durante a 16ª Gestão do CFB, triênio 2013/2015, a atuação dos conselheiros federais visou dar mais transparência aos procedimentos e reduzir a burocracia, além de otimizar os processos, dentro do objetivo maior da defesa da ética e da regulamentação da profissão. Uma das primeiras iniciativas foi a elaboração do “Manifesto Nacional em Defesa das Bibliotecas”, documento discutido e aprovado por todos os Conselhos Regionais de Biblioteconomia e apoiado por Conselhos de outras profissões durante evento da Associação dos Conselhos Profissionais

(ASCOP), realizado em outubro de 2013 em Florianópolis (SC). O manifesto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e a outros agentes de gestão pública.

Destaca-se também a parceria do Conselho com o Ministério da Saúde para que bibliotecários possam acessar o portal Saúde Baseada em Evidências, um recurso informacional que permite o acesso a publicações científicas atualizadas e sistematicamente revisadas. O CFB participou, ainda, das reuniões do Fórum de Conselhos de Fiscalização Profissional. Entre os assuntos tratados, salienta-se a Lei de Acesso à Informação; a regulamentação da profissão de Tecnólogo; e a fiscalização, pelo TCU, dos Conselhos de cada área profissional. Membro do Comitê Gestor do IBRAM, compareceu às reuniões e colaborou com as decisões do Instituto na área de Bibliotecas e participou do Comitê Diretivo do PNLL, na qualidade de membro suplente.

A diretoria e as comissões do Conselho trabalharam pela execução das ações previstas no Plano de Metas e em eventos de caráter científico e institucional. Confira as principais ações desenvolvidas pelas comissões divulgadas durante a gestão que ora se encerra.

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO (CDV)

A comissão iniciou os trabalhos em 2013 buscando notícias para atualização diária do site do CFB, organizando e produzindo material de divulgação em eventos, veiculando Boletins Eletrônicos no portal, elaborando proposta de contratação de um Plano de Comunicação e atualizando as resoluções em vigência no Repositório do CFB. Nos anos de 2014 e 2015, adotando uma posição mais estratégica, a CDV previu e executou as seguintes me-



CDV - Sandra Maria Dantas Cabral, Williams Jorge Corrêa Pinheiro e Lucimar Oliveira Silva (da esquerda à direita)

tas: Plano de Comunicação do Sistema CFB/CRB; criação, acompanhamento de produção e implementação de uma campanha institucional do Sistema CFB/CRB; criação do Plano de Presença Digital do Sistema CFB/CRB (com adequações à Lei de Acesso da Informação e criação de página no Facebook e perfil no Instagram).

A CDV também definiu e executou o Plano de Ações relativo ao 50º aniversário da regulamentação da Lei do Bibliotecário no Brasil, comemorado em 2015. As ações previram a criação da logomarca, produção de material de divulgação, produção de vídeo institucional, publicação de livro sobre as histórias dos 50 anos da CFB, audiências públicas no Congresso Nacional e lançamento de selo comemorativo pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (EBCT). A Comissão de Divulgação marcou presença em eventos como os



Funcionários: Ailton Moreira da Rocha, Tatiana Paula Martins e Roberto Barros Cardoso

Arquivo

Seminários Regionais de Bibliotecas Escolares e Públicas e de Ética Profissional, promovidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, realizados nos estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

A CDV também esteve à frente de processos licitatórios que visaram a contratação de empresas para a criação de campanhas publicitárias (vencido pela IComunicação Integrada – EIRELI), redação jornalística e registro fotográfico (Ex-Libris LTDA), desenvolvimento de sites (Ricardo Valente do Couto – ME) e monitoramento de redes sociais (Clicklab Marketing Digital Científico – ME).

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (CLN)

Durante a 16ª gestão, a CLN desenvolveu suas atividades procurando atender aos objetivos estabelecidos nos Planos de Metas elaborados anualmente. Entre as ações realizadas estão a revisão do Regimento Interno, adequando-a ao contexto atual; o planejamento para a criação do Sistema de Informação Legislativa; a publicação de resoluções que dispõem sobre assuntos como procedimentos contábeis, licença, cancelamento e suspensão de registro, processos eleitorais, tanto do CFB quanto dos Conselhos Regionais, valores das diárias de ajuda de custos aos membros do Conselho, fixação dos valores e taxas a cada CRB e a aprovação do FAFIS (Fundo de Apoio às atividades dos Regionais). Também atualizou as resoluções que dispõem sobre as características da Carteira de Identidade Profissional e da Cédula de Identificação do Bibliotecário.



COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL (CEP)

A Comissão se dedicou à análise dos processos éticos instaurados nos Conselhos Regionais e que chegaram à instância superior. Também visando evidenciar e refletir o conceito de ética profissional, a Comissão de Ética promoveu, nas cinco regiões federativas, uma série de seminários sobre a “Ética nas Profissões”. As palestras foram focadas nas responsabilidades técnicas, políticas e sociais fundamentadas em informações regionalizadas sobre a pertinência dos princípios filosóficos que hoje orientam e disciplinam a conduta profissional dos bibliotecários brasileiros. Os eventos nos convidaram a repensar as práticas dos serviços bibliotecários e dos órgãos representativos da profissão. Vinculados ao assunto, os seminários constataram que nos currículos das faculdades de Biblioteconomia existe matéria sobre Ética, seja como disciplina efetiva ou conteúdo inserido em alguma outra disciplina. Também foi realizado um levantamento prévio, em sites das instituições acadêmicas, a partir da relação disponibilizada na página da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin).



COMISSÃO DE LICITAÇÃO (CL)

A importância do papel da Comissão de Licitação reside no fato de que Conselhos não são entidades sem controle interno e externo. Ao contrário, a fiscalização é rigorosa, impondo aos gestores o fiel cumprimento da legislação, uma vez que

os recursos que os mantêm são considerados recursos públicos. Por isso, todos os processos de aquisição de bens e serviços cumpriram rigorosamente a legislação e as orientações do TCU de adotar a modalidade do pregão eletrônico como padrão, excetuando-se as situações permitidas em lei. Desta forma, a 16ª Gestão realizou procedimentos licitatórios para a contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas, assessoria parlamentar, serviços técnicos profissionais de contabilidade pública, serviços de análise, programação, conversão e consultoria dos sistemas de processamento de dados e em assessoria de comunicação social. De acordo com orientação do TCU, a Comissão nomeou o funcionário Ailton Moreira da Rocha como pregoeiro oficial do CFB.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (CTC)

Comissão de Tomada de Contas procedeu à análise dos balancetes mensais, das propostas orçamentárias anuais, das prestações de contas anuais dos CRB e das reformulações orçamentárias. Também foi mantido contato direto com os Conselhos Regionais e seus assessores contábeis.

O objetivo da ação foi orientar e agilizar o andamento dos processos. Durante os trabalhos, a CTC procurou constantemente manter contato direto com os Conselhos Regionais, aumentando os laços de modo a agilizar o andamento dos processos no que tange às pendências de documentos da normalização das peças processuais. Os processos contábeis e financeiros do Sistema CFB/CRB caminharam para a adequação das contas nos moldes da nova contabilidade pública.



CTC - Kátia Lúcia Pacheco, Rosana Chaves Abbati e Maria Raimunda de Sousa Sampaio (da esquerda à direita)

ASSESSORIA PARLAMENTAR



O assessor parlamentar Jenner de Morais, da Parlamento Consultoria

Considerando-se a necessidade de acompanhar no Parlamento as proposições e os assuntos de interesse da profissão, dos profissionais e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, o CFB criou, inicialmente, uma Comissão Temporária para atuar nas diversas instâncias do Poder Legislativo.

Diante de inúmeros projetos de nosso interesse em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, contratou-se uma assessoria parlamentar para prospectar as matérias legislativas, bem como acompanhar, analisar, emitir pareceres técnicos, elaborar minutas de proposições, pareceres, emendas, requerimentos, e assessorar o Conselho em reuniões de comissões técnicas, audiências públicas e em audiências com parlamentares. A adoção do recurso foi, também, uma forma de profissionalizar

o trabalho de representação profissional.

Nessa dinâmica de ação, destaca-se a audiência com os assessores dos senadores Alfredo Nascimento (PR/AM) e Cristovam Buarque (PDT/DF), com a finalidade de elaborar propostas para o PL 156, em tramitação no Senado Federal, proposto pelo primeiro senador e relatado pelo segundo. O referido PL altera a Lei nº 10.753, chamada de Lei do Livro. O principal resultado da reunião foi a compreensão, por parte dos assessores, do conceito dos diversos tipos de bibliotecas, que interfere diretamente na nova redação proposta pelo CFB ao PL 156, e na aplicação do Artigo 18º da referida Lei. Desse encontro saiu a sugestão de elaborar uma legislação que reconheça e discipline os conceitos de cada tipo de biblioteca. Relacionado com essa questão, o CFB apoiou o PL 4534/2012, que trata da equiparação de livros e aparelhos de leitura digitais ao livro de papel, inclusive quanto à isenção de impostos e de tarifas alfandegárias, alterando a Lei nº 10.753/2003.

Também, em audiência pública, o Conselho Federal manteve reunião com o diretor da área de Direitos Autorais do MINC para manifestar apoio ao Projeto de Lei, em tramitação, que trata de direitos autorais e tem efeito sobre a atividade das bibliotecas.

Todas as ações voltadas a uma atuação do CFB na área política culminam com a tramitação do PLS 28/2015, que dispõe sobre Políticas Públicas para Bibliotecas. O objetivo é a promulgação de uma Lei Federal que discipline e oriente o gestor público na compreensão de questões básicas referentes ao funcionamento e à gestão de bibliotecas.

Com a tramitação do Projeto de Lei nº 6038/2013, do deputado federal José Stédile (PSB-RS), que regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia, o CFB, com todo o apoio do parlamentar, apresentou aos Regionais o texto original, solicitando sugestões que foram totalmente incorporadas pela atual relatora do PL, deputada Érika Kokay (PT-DF).

COMISSÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS

O Sistema CFB/CRB tem contribuído com a Lei 12.244/2010, de universalização das

Bibliotecas Escolares, desde a construção do texto à sua sanção e, agora, para a sua efetiva aplicação. Para tanto, o CFB tem realizado visitas a órgãos públicos de Brasília, a exemplo da audiência com o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), relator do Projeto de Lei Complementar 028/2012, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, para instituir a obrigatoriedade da criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino”.

A audiência teve por objetivo solicitar a inclusão das bibliotecas escolares de instituições de ensino privado no projeto. Na oportunidade, foi entregue ao senador um documento justificando a importância desta inclusão. Durante a reunião, destacou-se que, para formar um cidadão crítico, preparado para a pesquisa e motivado para a leitura, é importante que as escolas tenham bibliotecas devidamente equipadas, com acervo e serviços que complementem o processo de ensino-aprendizagem, contando com o profissional bibliotecário. Outras visitas também foram realizadas com esse objetivo, com destaque para as ocorridas com o secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, sr. Júlio Ricardo B. Linhares, e com o senador Paulo Paim (PT-RS).

Essa medida trará benefícios para a



Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas - Raimundo Martins de Lima, Francisca Rosaline Leite Mota e Eliane Lourdes da Silva Moro (da esquerda à direita)

sociedade, visto que os estudantes terão garantido o seu direito de acesso à informação, pesquisa e aprendizagem, bem como a comunidade docente.

Para subsidiar as ações do Sistema CFB/CRB, foram mapeados os cenários da biblioteca escolar brasileira, coletando-se dados indicadores referentes à quantidade de escolas; escolas com bibliotecas; bibliotecas com bibliotecários; e bibliotecas com pessoal não bibliotecário. Os dados foram colhidos com base nas informações recebidas das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Também foram realizados Seminários Regionais, nas cinco regiões do país, sobre Biblioteca Escolar.

A biblioteca pública, assim como a biblioteca escolar, é um segmento de amplo apelo social e, no Brasil, ela carece de políticas públicas de Estado que se sobreponham às de Governo, evitando, assim, que, a cada mudança de gestor alterem-se os programas, comprometendo a consolidação dessas instituições de conhecimento público.

No intuito de conscientizar os gestores públicos – prefeitos, governadores, secretários estaduais e municipais de cultura – para a importância da manutenção da biblioteca pública como um espaço do saber, foram realizadas reuniões com a ministra da Cultura (à época, a senadora Marta Suplicy); com os secretários de educação de alguns Estados e do Distrito Federal, em parceria com os Conselhos Regionais. Nas reuniões, destacou-se a relevância da biblioteca pública para a sociedade, no que se refere às ações de promoção e incentivo à leitura, ao acesso à informação e ao fortalecimento da pesquisa, necessitando, para tanto, de recursos adequados e da existência de bibliotecário no quadro, como importante agente social da informação. Em vista disso, ressaltou-se a importância da inclusão, nos orçamentos municipais e estaduais, de rubrica que garanta o cumprimento das atividades da biblioteca, bem como a criação do cargo de bibliotecário nos Planos de Cargos e Salários do poder público municipal e estadual, com o objetivo de garantir a prestação de serviço de infor-

mação de qualidade.

Na audiência com a ministra da Cultura, acompanhado pelo deputado federal José Stédile (PSB-RS), da Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública, e outros acompanhantes, o CFB abordou os desafios, as carências e, também, as sugestões de investimentos necessários para fortalecer as bibliotecas. Entre as propostas apresentadas à ministra ressalta-se a modernização dos espaços e da infraestrutura e a atualização de acervos, além da adoção de um modelo de biblioteca que atenda aos critérios de acessibilidade e sustentabilidade.

Enfim, o CFB manifestou seu interesse em estabelecer parceria com o Ministério da Cultura para o desenvolvimento de ações que reforcem a efetiva atuação das bibliotecas públicas no País, reconhecendo e valorizando o seu papel como instrumento capaz de oferecer ao cidadão acesso à informação e ao conhecimento, e de contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade heterogênea. Defendeu-se a necessidade de uma biblioteca pública capaz de desempenhar sua função educativa, de lazer e de cultura. Uma instituição apta a oferecer ao cidadão um ambiente de aprendizagem que possa transformá-lo em indivíduo crítico e responsável em seu entorno social.

Vinculado a estas ações, o CFB participou das audiências realizadas pela Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública, liderada pelo deputado federal José Stédile (PSB-RS). Foram realizados seminários com o objetivo de discutir a questão da biblioteca pública como fator de reflexão e estímulo à mobilização da comunidade profissional.

A Comissão acredita que é fundamental uma ação firme e contínua da próxima gestão dos Conselhos no sentido de impedir que a eventual troca de gestores públicos resulte na mudança constante das políticas de governo para o setor, obrigando-nos a repisar argumentos para evitar a descontinuidade de programas e projetos iniciados em gestões anteriores. Hoje, face à ausência de uma política de Estado para o setor, o trabalho de toda nova gestão do Sistema CFB/CRB torna-se um eterno recomeçar, com avanços mínimos.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Outro segmento que mereceu atenção da 16ª Gestão foi o da Biblioteca Universitária, com a criação da Comissão de Especialistas em Bibliotecas Universitárias visando apoiar o CFB no encaminhamento de sugestões e de ações junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) no que se refere às avaliações das bibliotecas universitárias e dos cursos de Biblioteconomia.

No primeiro encontro, o Inep apresentou o novo instrumento de avaliação dos cursos. O CFB, junto com a Comissão de Especialistas, apresentou o funcionamento das bibliotecas universitárias e as seguintes propostas: integrar a participação da biblioteca/bibliotecário nas etapas avaliativas do Inep, desde o início do processo; incluir o bibliotecário da IES como membro da Comissão Permanente de Avaliação (CPA); incluir, na Avaliação Institucional, a identificação do vínculo institucional do bibliotecário e a exigência de seu registro profissional no Conselho Regional da região, dentre outras sugestões.

Estas propostas contribuíram para a sensibilização do Inep, que criou um Grupo de Trabalho com representantes do CFB e Inep para a construção do Documento Orientador para subsidiar os avaliadores nos processos de avaliação in loco referentes à área de Biblioteconomia. Este trabalho foi cumprido e certamente aperfeiçoará o processo de avaliação das bibliotecas universitárias.

COMISSÃO DE ENSINO

Essa Comissão é responsável pela análise dos currículos das instituições de ensino superior que não oferecem o Curso de Bacharel em Biblioteconomia e da situação de egressos dessas instituições que querem o registro nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Um estudo da Comissão permite concluir que o único procedimento possível para atender a tal demanda é oferecer disciplinas que, depois de cursadas, permitiriam aos egressos obter o di-



Comissão de Ensino - Francisca Rosaline Leite Mota, Helen Beatriz Frota Rozados e Maria Raimunda de Sousa Sampaio (da esquerda à direita)

ploma de bacharelado em Biblioteconomia.

A comissão também acompanhou as ações do MEC relacionadas ao EAD. Com o crescimento de cursos de Biblioteconomia na modalidade à distância, este assunto foi muito discutido ao longo do ano de 2015. Como produto deste programa, a Comissão apresentou e publicou dois trabalhos científicos no XXVI CBBDD: Graduação à Distância em Biblioteconomia e O Panorama do Ensino à Distância nos Cursos de Graduação em Biblioteconomia no Brasil. Também nessa mesma linha palestrou-se sobre Biblioteconomia e EAD, no ENECIN/SNAC, da Abecin, em São Paulo, e na mesa redonda sobre Novos Rumos da Educação na Biblioteconomia, do 33º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina, promovida pela Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), em Joinville, por ocasião da comemoração de seus 40 anos.

COMISSÃO DE INFORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS (CIAB)

Criou-se a Comissão Temporária de Informação e Acessibilidade com o objetivo de realizar estudos que apresentem diretrizes para a construção ou adaptação de bibliotecas acessíveis. Foi realizado um Seminário Nacional, em Porto Alegre (RS), envolvendo profissionais bi-

bliotecários, professores dos Cursos de Biblioteconomia e acadêmicos de Biblioteconomia em âmbito nacional. O seminário discutiu a elaboração e divulgação da “Campanha em Defesa da Biblioteca Acessível” com a publicação de um documento apresentando diretrizes para a construção ou adaptação de bibliotecas acessíveis.

O evento contou com 245 inscritos, duas conferências magnas, três painéis, 12 palestras e quatro oficinas. As discussões foram extremamente profícuas, com alto índice de interação com o público participante. Constatou-se a necessidade de maiores reflexões sobre o tema e, por conseguinte, concluiu-se que é importante dar continuidade aos trabalhos desta comissão, bem como promover outras edições deste evento.

A CIAB agora se detém no projeto 4006 – Publicações técnicas e informativas – que tem como meta a publicação de um documento que apresente diretrizes para a construção ou adaptação de bibliotecas acessíveis.

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO

A Comissão foi instituída em janeiro de 2014 para orientar e acompanhar a elaboração dos Relatórios de Gestão do



Comissão de Acompanhamento e Gestão - Kátia Lúcia Pacheco, Sandra Maria Dantas Cabral e Lucimar Oliveira Silva

Sistema CFB/CRB. Em 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu o prazo para que a Prestação de Contas de 2014 fosse realizada por meio do sistema “e-Contas” incluindo o Relatório de Ges-

tão e as demais peças complementares que compõem os processos. A Comissão orientou os Conselhos Regionais a se pautar pela objetividade, clareza e fidedignidade na apresentação dessas informações, para propiciar uma visão real da gestão. A Auditoria Anual de Contas realizada no âmbito do controle interno visa verificar as informações prestadas, bem como analisar os atos e fatos da gestão.

COMISSÃO DE INFORMÁTICA

A tecnologia é recurso fundamental para a gestão de qualquer organização. Numa



Comissão de Informática - Ailton Moreira da Rocha e Maria Raimunda de Sousa Sampaio (da esquerda à direita)

estrutura como a do Conselho, com a distribuição de seus membros por vários estados brasileiros e a própria abrangência dos Conselhos Regionais, é impensável desenvolver um modelo de gestão funcional sem dispor de uma base tecnológica. Assim, visando melhorar o fluxo e a gestão da informação no sistema CFB/CRB, o CFB modernizou seu parque tecnológico adquirindo novos equipamentos (hardware) e atualizando as licenças de uso e ampliando a capacidade da rede de comunicação de dados (internet).





Regina Céli de Sousa, presidente do CFB

Marcelo Camargo Oliveira

“Avançamos na valorização profissional”

Presidente do CFB comemora as metas alcançadas durante a atual gestão

A frente da 16ª gestão, que se encerra em dezembro de 2015, Regina Céli de Sousa, presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), conclui o mandato comemorando uma série de conquistas e realizações que culminaram em um verdadeiro projeto de valorização do bibliotecário. A presidente ressalta que esse resultado é fruto de um esforço integrado e cooperativo entre os conselheiros federais, funcionários e Conselhos Regionais.

A expectativa é de que esse trabalho continue a ganhar proporções ainda maiores, com o desenvolvimento de programas em prol da biblioteconomia; o fortalecimento do trabalho do bibliotecário; e a valorização dos serviços de gestão da informação e do conhecimento em ambientes como bibliotecas, e centros de documentação e pesquisa.

Formada em Biblioteconomia pela PUC de Campinas e bacharel em Direito pela Universidade Paulista, Regina Céli de Sousa já foi presidente do CRB-8/SP por três mandatos e vice-presidente do CFB

na gestão anterior. Orgulhosa do trabalho realizado por toda a equipe, ela nos conta um pouco sobre as conquistas alcançadas pelo Sistema e pela Biblioteconomia nos últimos três anos, um período de intensa atuação do CFB.

1) Quais foram os principais destaques desta gestão que se encerra?

Por meio de um trabalho integrado e cooperativo entre os conselheiros federais distribuídos por diretorias e comissões, do apoio de funcionários e assessores, e da disposição cooperativa dos Conselhos Regionais, a 16ª gestão do CFB pode planejar, desenvolver e consolidar várias ações e projetos que valorizam o Sistema CFB/CRB, cumprindo assim sua missão de defender a profissão. Acrescente-se a esse esforço a contribuição e participação da comunidade dos bibliotecários e a adesão de autoridades das diversas esferas públicas, bem como o apoio de expoentes da

sociedade civil.

Para atingir este objetivo, a diretoria propôs um planejamento estratégico integrado e forneceu orientação para elaboração do plano de metas do Sistema CFB/CRB. Além disso, realizou visitas aos Conselhos Regionais com a finalidade de discutir as orientações e colher informações das realidades pré-existentes. Nessas oportunidades, vários Conselhos Regionais promoveram eventos nos quais o Conselho Federal pode ministrar palestras sobre suas ações, dirigidas à comunidade bibliotecária local, salientando a importância dos Conselhos e da atividade do bibliotecário para a sociedade.

Os encontros incentivaram uma maior participação dos profissionais em suas entidades de classe, e reforçaram a necessidade de se promover a formação de novas lideranças. A 16ª gestão, portanto, finaliza seu mandato certa de que deixa à futura gestão uma entidade ainda melhor, mais forte e mais atuante.

Afinal, o importante é que o Sistema CFB/CRB prospere para o bem comum da Biblioteconomia brasileira.

2) Quais foram as principais conquistas do profissional de Biblioteconomia nestes últimos três anos?

Creio que a principal foi a comemoração dos 50 anos da lei de regulamentação profissional. Apesar das dificuldades, a profissão abriu, nestas cinco décadas, um grande espaço de oportunidades e de conquistas profissionais. Houve um crescimento no número de concursos públicos destinados à contratação de bibliotecários. O número de Escolas de Biblioteconomia, embora não tenha se expandido, se manteve estável nos últimos anos, com reflexo na demanda de alunos pelos cursos. Além disso, inúmeras bibliotecas foram inauguradas ou restauradas. Cita-se, como exemplo, a Biblioteca Estadual inaugurada recentemente no Parque Vila Lobos, na cidade de São Paulo, e a reforma da Biblioteca Pública do Estado na cidade de Fortaleza, no Ceará.

3) Quais são os principais desafios para a próxima gestão?

A preocupação é com o mercado de trabalho do bibliotecário, pois há expectativa entre os analistas de um agravamento do cenário econômico ao longo do ano de 2016. Certamente, o CFB deverá buscar ações que permitam a comunidade profissional enfrentar o impacto do desemprego.

Outro ponto se refere à universalização da biblioteca escolar no país. Os esforços de inclusão do bibliotecário escolar e da biblioteca escolar nas políticas públicas continuam. No legislativo federal, continua a frente ampla de defesa da biblioteca pública. É preciso acompanhar e mobilizar a comunidade em torno dos encaminhamentos relacionados ao Projeto de Lei 3727/2012 e PL 6959/2013, estabelecem critérios para a instalação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro. Por fim, em termos de formação profissional, segue o desenvolvimento da formação à distância, como a definição de sua implantação do curso por EAD. Neste sentido, o desafio é sensibilizar as universidades públicas dedicadas à área para

apoio na implementação dessa modalidade no programa de ensino.

4) Como avalia o relacionamento entre os profissionais e os Conselhos?

O CFB empreendeu grande esforço na promoção social da profissão. As últimas ações podem ser visualizadas na divulgação promovida em aeroportos, busdoors etc. São iniciativas que devem ser permanentes.

É preciso que outras entidades da representação profissional e os cursos de formação do bibliotecário desenvolvam também, em seu entorno social, ações de valorização e de divulgação da profissão.


Com relação à comunicação do Conselho com os profissionais, nesta gestão foram promovidos diversos encontros em várias regiões do Brasil, divulgando e colhendo informações sobre a questão da biblioteca escolar e biblioteca pública. A presença ativa do CFB, por meio da representação ou a instalação de estandes em eventos, estabeleceu um canal direto de contato com a comunidade, além da interação por e-mail respondendo questionamentos e manifestações.

5) Quais são as demandas do profissional de Biblioteconomia? Como o Sistema CFB/CRB pode contribuir para que elas sejam atendidas?

A maior demanda para os bibliotecários está nas bibliotecas escolares e públicas. Mas outros setores – jurídico, cartórios e editoras, por exemplo – também precisam de profissionais. O Sistema CFB/CRB deverá atuar junto aos governos, e especialmente junto aos secretários de educação e de cultura, para conscientizá-los da importância dos bibliotecários para sociedade, para que a legislação seja cumprida e para a abertura de concursos públicos.



Homenagem do CRB-5 ao CFB em comemoração aos 50 anos



CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 15ª REGIÃO
Jurisdição Paraíba e Rio Grande do Norte

Ofício CRB-15 N. 104/2015 João Pessoa, 18 de dezembro de 2015


Ilma. Sra.
Regina Céli de Sousa
Presidente do CFB

O Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região, na pessoa do Presidente Leonardo Cavalcante e os demais Conselheiros, vem através desta agradecer a sua atuação enquanto gestora à frente do Conselho Federal de Biblioteconomia, gestão realizada com muito profissionalismo, pró-atividade, responsabilidade, coleguismo e comprometimento em prol da profissão, virtudes inerentes ao seu caráter. O seu empenho frente ao CFB, fez com que obtivéssemos várias conquistas, não teríamos alcançado tantos sucessos sem a sua essencial participação, colaboração e dedicação para um melhor alcance da consolidação da nossa profissão. A Gestão está de Parabéns por todas as ações planejadas e executadas.

Nossos Sinceros agradecimentos,

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Cordialmente,



Leonardo de Oliveira Cavalcante
CRB-15/662
PRESIDENTE

Av. Miguel Couto, 251 ed. Vina Del Mar - sala 803
Centro - João Pessoa / PB - CEP: 58.010-770
Fone / Fax: (83) 3241-2142 e-mail crb15paraiba@gmail.com

**Carta de
agradecimento do
CRB-15 à Regina Celi de
Sousa, Presidente da
16ª gestão**

UMA GESTÃO DE RESULTADOS

Confira os demonstrativos da Receita e Despesa do CFB*

QUADRO GERAL DAS RECEITAS

	RECEITA ARRECADADA 2012	RECEITA ARRECADADA 2013	RECEITA ARRECADADA 2014	RECEITA ARRECADADA 2015
TOTAL DAS RECEITAS	1.431.595,57	1.550.164,88	1.738.243,16	1.624.505,12

QUADRO GERAL DAS DESPESAS

	DESPESA REALIZADA 2012	DESPESA REALIZADA 2013	DESPESA REALIZADA 2014	DESPESA REALIZADA 2015*
TOTAL DAS RECEITAS	1.138.703,31	1.078.526,95	1.460.535,31	1.623.245,92

*Demonstrativos da Receita e Despesa do CFB até outubro de 2015



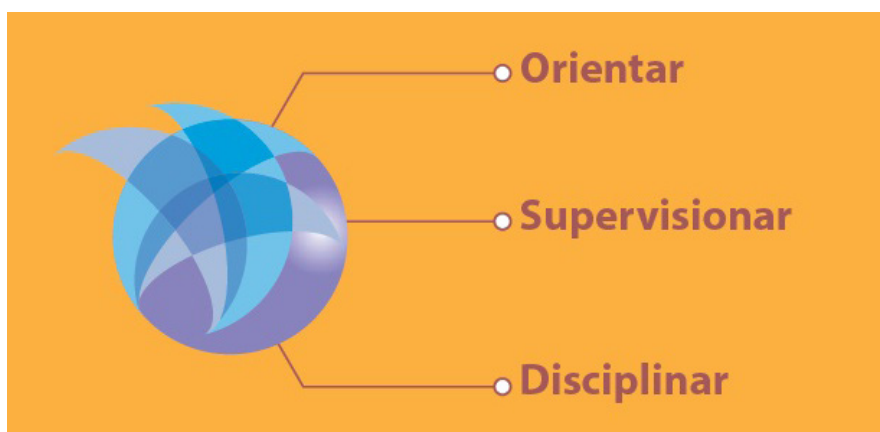
Bibliotecário

O profissional de ontem, hoje e amanhã

Formar novos profissionais e fortalecer a Biblioteconomia do Brasil. Estes são dois desafios gigantes para que tenhamos uma sociedade mais participativa em uma era em que o acesso à informação e ao conhecimento surge como um grande divisor no poder das nações.

Nesse cenário, o Sistema Conselho Federal e Regionais de Biblioteconomia aparece com a missão de orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da atividade em suas múltiplas frentes, contribuindo para o desenvolvimento da categoria no país, para garantir à sociedade profissionais qualificados e habilitados.

O CFB também está nas redes sociais compartilhando informações relevantes sobre a Biblioteconomia. O que fazem e onde atuam os mais de 37 mil bibliotecários do Brasil? Assista ao vídeo do CFB e tire suas dúvidas.



Acompanhe o Sistema CFB/CRB nas redes sociais:



fb.com/conselhofederaldebiblioteconomia



@cfb_biblioteconomia



Acesse também nosso site: cfb.org.br

Acesse o link:

facebook.com/conselhofederaldebiblioteconomia/videos/vb.1484251071863694/1650892301866236/?type=2&theater



Presidentes do CFB (da esquerda para direita) Maria Lúcia Pacheco de Almeida, Zeneide de Souza Pantoja, Nêmora Arlindo Rodrigues, Regina Céli de Sousa (atual presidente), Murilo Bastos Cunha, Elaine Marinho Faria e Antônio Agenor Briquet de Lemos

Fotos: Arquivo

Biblioteconomia celebra Jubileu de ouro

Presidente do CFB comemora as metas alcançadas durante o triênio 2013/2015

O 50º aniversário da regulamentação da profissão de bibliotecário foi destaque no Congresso Nacional em agosto de 2015. Em sessão solene na Câmara dos Deputados e em seminário no Senado Federal, foram debatidos o trabalho do profissional bibliotecário para o desenvolvimento da educação no Brasil e a importância das bibliotecas no fomento do saber e do conhecimento.

O Senado Federal sediou um seminário com o tema Políticas Públicas para Bibliotecas e debateu os caminhos para a expansão e a melhoria das bibliotecas do Brasil e a importância desses espaços como instrumentos de incentivo e fomento à leitura e à cultura. Foram debatidos, ainda, os projetos de lei em tramitação no Parlamento e os programas de governo voltados às bibliotecas.

Na Câmara dos Deputados, a sessão solene em homenagem aos profissionais contou com a participação do coral do Senado, presidentes do CRB, e de bibliotecários, professores, pesquisadores e deputados. Durante o evento, o Sistema CFB/CRB, em parceria com os Correios, lançou

um selo comemorativo em homenagem aos 50 anos da Regulamentação da Profissão de Bibliotecário no Brasil.

Durante a solenidade, diversos parlamentares saudaram os profissionais bibliotecários. Para o deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), o bibliotecário é um educador e um agente transformador da sociedade e, por isso, merece o reconhecimento e o agradecimento de toda a população. “Os bons bibliotecários são, antes de tudo, bons leitores e conhecedores dos caminhos do conhecimento e fazem descobertas pelo seu próprio interesse nas leituras e com o encantamento dos livros e suas classificações”, afirmou o parlamentar.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), homenageada na solenidade, exaltou a função do

bibliotecário como o profissional que organiza as informações e distribuiu o saber de forma acessível. “São profissionais que constroem a cidadania porque constroem a autonomia. Bibliotecários são profissionais que catalogam, mas, que, além disso, conseguem fazer com que o povo brasileiro reconheça seu próprio saber. Profissionais que possibilitam que possamos mergulhar na nossa história, na nossa construção coletiva”, explicou a deputada.



Presidentes dos Conselhos Regionais presentes à Sessão Solene

Campanha de Valorização do Bibliotecário

BIBLIOTECÁRIO
50 anos de regulamentação da profissão. Parabéns!

A campanha abre mais canais de comunicação e fortalece o diálogo entre o Conselho e os bibliotecários

SISTEMA CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselho Regional de Biblioteconomia
Bibliotecário, profissional da informação e do conhecimento.

Facebook.com/ConselhoFederaldeBiblioteconomia
Instagram.com/CFB_Biblioteconomia

Saiba mais em: www.cfb.org.br

Fotos: COMUNICAÇÃO

Homenagem do CFB aos bibliotecários celebra meio século de reconhecimento

Muita coisa mudou nas bibliotecas do país desde o fim do século XX. Atualmente o Brasil tem cerca de 37 mil bibliotecários. Com o intuito de reconhecer o trabalho destes profissionais e de comemorar os 50 anos da regulamentação da profissão, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) lançou a campanha de Valorização do Bibliotecário. Desde o dia 6 de dezembro, os aeroportos e ônibus de 16 cidades brasileiras veiculam painéis e busdoors com homenagens aos bibliotecários. Para a presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Regina Céli de Sousa, a campanha é resultado de um esforço para abrir mais canais de comunicação e fortalecer o diálogo entre o Conselho e os bibliotecários.

Segundo o diretor de criação responsável pela campanha, Phillipe Ribeiro, a proposta é mostrar o bibliotecário nos dias de hoje: um profissional atualizado e que utiliza os meios digitais para contribuir com o desenvolvimento

educacional e intelectual da sociedade. “As imagens com ambientes tecnológicos em segundo plano e as perspectivas tridimensionais que trazem as informações aos painéis reforçam a ideia de que o bibliotecário vive em um processo de atualização constante”, afirma Ribeiro.

Em parceria com empresas especializadas em aplicações nos vidros traseiros dos ônibus, foram escolhidas dez linhas de cada cidade, nas quais veículos circulam com o material nas ruas e avenidas de maior movimentação em Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Londrina (PR), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador, São Luís (MA) e São Paulo (SP).

Nos aeroportos de Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (PE), Brasília (DF), São Luís (MA) e Belém (PA), os pas-

sageiros podem assistir a vídeos de 15 segundos que retratam a valorização do bibliotecário. São aproximadamente 100 inserções de vídeo por dia para aumentar o alcance da campanha. Em Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB) e Manaus (AM) é possível encontrar painéis estáticos em locais predefinidos, como portões de embarque e desembarque, para que a ação seja divulgada.

A Campanha de Valorização do Bibliotecário vai até o dia 6 de janeiro de 2016. Depois, a ideia é que ela seja levada a mais cidades do país ao longo do ano.



Deputado José Stédile (PSB-RS)



Acervo da Câmara dos Deputados

Congresso analisa regulamentação do técnico em Biblioteconomia

Projeto que reconhece a profissão deve ser aprovado pela Câmara dos Deputados

O ano de 2016 trará mais um desafio para a biblioteconomia: a atividade de técnico em biblioteconomia - profissional que auxilia no processamento, conservação e divulgação dos documentos contidos em bibliotecas e em outras instituições - deverá ser apreciada pela Câmara dos Deputados para ser reconhecida como profissão. Até agora, apenas os bibliotecários com curso superior têm a atividade regulamentada.

Segundo o deputado federal José Stédile (PSB-RS), autor do Projeto de

Lei 6.038/13, além do reconhecimento dos profissionais, essa iniciativa ajudará na melhoria dos serviços auxiliares das bibliotecas.

Pelo texto do PL, para exercer a atividade de técnico em Biblioteconomia é necessário que o profissional tenha diploma de nível médio ou técnico, reconhecido por instituições credenciadas, brasileiras ou estrangeiras; tenha registro e contribua com o respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB). O profissional ainda deve ser supervisionado por um bi-

bliotecário com registro no CRB. A deputada Erika Kokay (PT-DF) foi relatora do projeto e incorporou as sugestões do Conselho Federal de Biblioteconomia, acrescentando informações sobre o exercício do profissional técnico. O texto já foi aprovado pela CTASP (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público) e agora passará por aprovação de caráter conclusivo na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).



“O FAFIS é essencial aos Conselhos Regionais para que haja uma melhor fiscalização da atividade de Bibliotecário”, Lucimar Oliveira Silva

Comissão de Fiscalização - Lucimar Oliveira Silva, Williams Jorge Corrêa Pinheiro e Sandra Maria Dantas Cabral (da esquerda à direita)

Marcelo Camargo Oliveira

FAFIS: mais apoio para a fiscalização do trabalho de bibliotecário

Organismo aportará recursos aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Afiscalização é essencial para garantir que os serviços sejam prestados por profissionais habilitados, assegurando-se, assim, a qualidade e garantindo o bem-estar à comunidade. Considerando a relevância da fiscalização do exercício profissional do bibliotecário e a importância em dar sustentabilidade financeira para gerir e administrar políticas, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) criou e regulamentou do Fundo de Apoio às Atividades de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (FAFIS).

Para a conselheira federal Lucimar

Oliveira Silva, membro da Comissão de Fiscalização e Divulgação, o fundo vai funcionar como mais um apoio à defesa da profissão. “O FAFIS é essencial aos Conselhos Regionais para que haja uma melhor fiscalização da atividade de Bibliotecário”, afirma.

O FAFIS destina recursos financeiros aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia para a consecução de um projeto efetivo de fiscalização da atividade de bibliotecário. Para participar do programa, o Conselho Regional deve encaminhar um projeto ao Conselho Federal, detalhando a destinação

do dinheiro e projetando os benefícios do investimento. Se aprovado, o projeto encaminhado pelo CRB, receberá recursos do FAFIS. O Fundo é formado por 5% dos recursos arrecadados pelo CFB, somado às contribuições destinadas ao FAFIS por Pessoa Física ou Jurídica, mais os rendimentos de aplicações. O Fundo foi implementado por meio da resolução CFB 164/2015, publicada no Diário Oficial em 16 de dezembro de 2015.

Carteira e cédula: saiba como fica a identificação do bibliotecário

O Conselho Federal de Biblioteconomia publicou no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2015 as resoluções CFB 161/2015 e CFB 162/2015, que dispõem, respectivamente, sobre a Carteira de Identidade Profissional do Bibliotecário (CIP) e a Cédula de Identidade do Bibliotecário (CIB).

A confecção das carteiras é de responsabilidade do CFB, mediante encomenda dos Conselhos Regionais. Essas solicitações devem ser feitas em um prazo mínimo de 120 dias. A expedição da CIP é sujeita ao pagamento da respectiva taxa, fixada por resolução do CFB. Os processos de expedição da CIP deverão ter tramitação prioritária no CRB, que pode requisitar uma segunda via em casos de perda, extravio ou inutilização ou por terem se esgotado os espaços destinados a anotações ou transferências de inscrição. A exibição da CIP pode ser exigida pelas autoridades a qualquer momento, a fim de constatar a habilitação legal para o exercício da profissão de Bibliotecário, bem como sua situação junto ao setor financeiro do CRB. Em caso de cancelamento, após as devidas anotações na CIP, a mesma deve ser devolvida ao Bibliotecário.

O MODELO DA CIP TEM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:

FORMATO FECHADO
altura: 11,5cm e largura: 7,5 cm

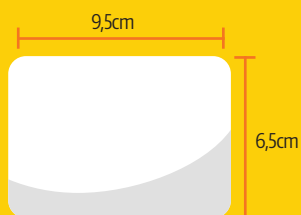
FORMATO ABERTO
altura: 11,5cm e largura: 16,5 cm



CÉDULA

COR
Branca

PAPÉL
Fibra de segurança com texto e armas impressos na cor azul clara



ITENS DE SEGURANÇA

tarja calcográfica, fundos numismático e invisível, sendo ambos em impressão offset, sequência numérica.

ANVERSO

Brasão da República, Fundo numismático, tendo como padrão a logomarca do CFB e do CRB expedidor e número da Região; título do documento, nome completo do profissional, números do CPF, do RG e do Título Eleitoral, Filiação, Nascimento, Naturalidade, Unidade da Federação, Nacionalidade e fotografia de frente, tamanho 3x4 cm, devidamente carimbada pelo CRB.

VERSO

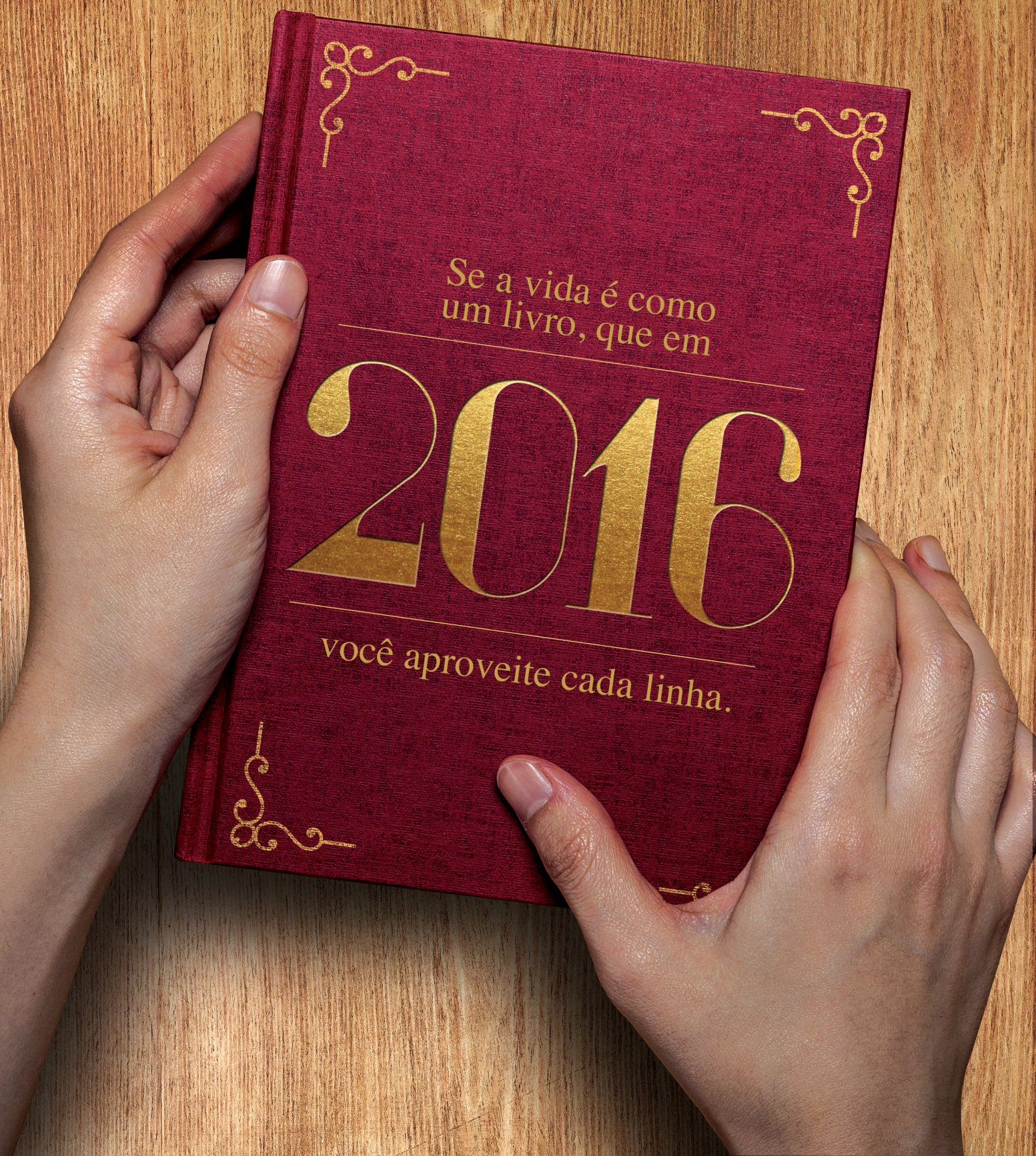
Logomarca do SISTEMA CFB/CRB, número de registro do profissional; Data de emissão da Cédula, assinatura do presidente e do profissional.

Vale lembrar que a cédula funciona como documento complementar de identificação profissional e que não substitui a apresentação da Carteira para fins de habilitação do exercício da profissão. Assim como a CIP, a expedição de uma nova cédula pode ser requisitada ao CFB, mediante solicitação do Conselho Regional, sob a exigência de um requerimento, comprovação do recolhimento da anuidade, comprovação de recolhimento da taxa de emissão da nova via uma fotografia de frente 3x4 cm, em fundo branco.

Com as novas resoluções, o CFB demonstra a preocupação em zelar pela imagem do bibliotecário. Os novos textos levaram em consideração a necessidade de modernização e segurança da identificação dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB).



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



Se a vida é como
um livro, que em

2016

você aproveite cada linha.



Sistema CFB / CRB

Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia